

TERRITÓRIO E DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS: VISÕES MÚLTIPLAS DE UMA REALIDADE COMPLEXA

Cynthia Morgana Boos de Quadros
Universidade Regional de Blumenau

Resumo

Entendido tanto como resultado do processo histórico quanto a base material e social das ações humanas, o território e sua estrutura política e organizacional constituem elementos de relevância na conformação das dinâmicas nele sediadas. Em tempos de unificação de mercados em uma base planetária, as noções de território ganham novos contornos a partir da perspectiva de espaço vivido, de estrutura social dotada de dinamismo. No processo de globalização em curso, tanto as atividades humanas como o modo de produção vigente em cada sociedade reorganizam suas posições dentro de novas configurações espaço-temporais. A partir dessas considerações, este artigo se propõe a discutir dinâmicas socioeconômicas num território também em mudança, em processo, visto como um campo de forças, um lugar que exercita a dialética entre a escala local e a escala global, entre o Estado, o mercado e a sociedade.

Palavras-chave: território; espaço vivido; dinâmicas socioeconômicas; desenvolvimento.

Introdução

Os debates atuais sobre território e desenvolvimento territorial reúnem múltiplas visões que configuram uma realidade complexa, em permanente transformação, reflexo das dinâmicas físicas, socioeconômicas e culturais do contexto local (GEHLEN; RIELLA, 2004). Entendido tanto como resultado do processo histórico quanto a base material e social das ações humanas, o território, “visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (SANTOS et al., 2004, p. 260).

Fernandes (2008, p. 277) analisa o território a partir do espaço geográfico, considerando que “a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço”, o que remete à ideia de delimitação e ao argumento de Raffestin (1993, p. 153): “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite [...] Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa”.

Também Santos e Silveira (2001, p. 247) consideram o território como espaço de um país e propõem a noção de “espaço territorial” — nele incluído um Estado, um espaço e uma nação — salientando que, “quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política”.

Essa noção de limite é também encontrada em Brunet (2001), que identifica o território como espaço do país e ressalta o sentimento de apropriação de um espaço: “Um povo alienado de seu espaço não tem território” (BRUNET, 2001, p. 17).

Para Santos (1994a, p. 15), “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”. Isso porque “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado, que pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede com funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas” (SANTOS, 2005, p. 255-256). Para o autor, trata-se de uma noção que carece de constante revisão histórica, pois seu entendimento é fundamental “para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (SANTOS 1994b, p. 15).

Os estudos de Abramovay (2000, 2003, 2006) são referências importantes no que diz respeito à complexificação da abordagem analítica do desenvolvimento territorial. Para o autor, os territórios não são apenas receptáculos neutros onde os atores estabelecem relações, sendo, portanto, sua estrutura política e organizacional um elemento de relevância na conformação das dinâmicas neles sediadas.

Com base nas contribuições teóricas da nova sociologia econômica, Abramovay (2006) propõe que os territórios sejam estudados a partir da noção de campos de Bourdieu (2000), ou seja, como espaços estruturados de posições onde agentes com interesses diversos estão em concorrência.

Nessa perspectiva, o território pode ser interpretado como resultado de um processo de apropriação econômica, ideológica e política do espaço por grupos que se dão uma representação particular deles mesmos, de sua história (DI MÉO, 1998). O território, acentua Abramovay (2003, p. 89), “representa uma trama de relações estabelecidas, de raízes históricas, de configurações políticas e de identidades que assumem um papel ainda pouco conhecido em matéria de desenvolvimento econômico”.

Para Gehlen e Riella (2004, p. 20), “a noção de território apresenta controvérsias porque amplifica nosso olhar e diversifica as possibilidades de compreender, sistematizar e

modificar a realidade complexa”. Os autores acrescentam que a ideia de território oferece chances de inclusão do particular no global, pelas oportunidades de desenvolvimento de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade.

O território pode ser visto, assim, como um campo de forças, um lugar que exercita a dialética entre a escala local e a escala global, entre o Estado, o mercado e a sociedade, constituindo-se “a partir de seus usos, do seu movimento conjunto e de suas partes, reconhecendo tanto suas particularidades como suas complementaridades. Trata-se da divisão territorial do trabalho e da vida social que permite pensar o território como ator, isto é, o território no seu papel ativo” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 11).

A abordagem territorial do desenvolvimento, segundo Moraes (2008), pressupõe, ao mesmo tempo, a ação sobre o espaço e a mudança das relações nele existentes; então o espaço deixa de ser um simples suporte para se tornar território, o ponto de encontro dos atores do desenvolvimento e o lugar onde se organizam as formas de cooperação entre empresas e a divisão social do trabalho.

De acordo com Furtado (1982, p. 149) “a experiência tem demonstrado amplamente que o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço na capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventiva”. Trata-se, portanto, de “um processo social e cultural, e só secundariamente econômico”, considerando que “o desenvolvimento significa a gênese de formas sociais efetivamente novas” (FURTADO, 1982, p. 149).

No entendimento de Arns (2015, p. 1), desenvolvimento territorial é um conceito polissêmico que pode significar uma categoria de análise da realidade e, ao mesmo tempo, representar um processo de transformação social que se dá pela materialização de um projeto político coletivo, geograficamente delimitado e historicamente contextualizado, sendo, portanto, “a territorialização das dinâmicas territoriais (econômicas, sociais e políticas) que resultam do jogo de cooperação e conflito entre os diferentes interesses e projetos presentes no território”.

Cooperação

Na perspectiva da sociologia econômica, os territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social. Dá-se ênfase aos fatores que geram cooperação — elemento apontado como fundamental para ativar

mercados, entendidos não como pontos neutros de equilíbrio entre oferta e procura, mas como estruturas sociais capazes de fornecer, a seus participantes, regras de interação e referências cognitivas que moldam suas ações.

Abramovay (2006) fala da natureza da cooperação a partir da noção de campo — entendido como rede ou configuração de relações objetivas entre posições, esferas mais ou menos institucionalizadas da vida social que se caracterizam, antes de tudo, pela existência de forças opostas, organizadas em torno de interesses e de certas representações sobre o funcionamento do próprio mundo (BORDIEU, 2000) —, que corresponde à construção de ordens sociais locais baseadas nas relações sociais entre grupos de atores, nas quais o objetivo central da ação está na tentativa de alcançar cooperação com outros atores (FLIGSTEIN, 2001).

“Cooperação supõe capacidade de persuasão, de interferir na própria formação dos significados em torno dos quais se organiza a ação social” (ABRAMOVAY, 2006, p. 61). O autor acentua que os atores não são “meros reprodutores das estruturas em que se inserem, mas têm a capacidade de alterar a correlação de forças dentro de determinado campo, impondo um novo padrão de relacionamento recíproco como base de sua cooperação” (ABRAMOVAY, 2006, p. 62). Dessa forma, pode-se entender a cooperação humana como um processo social que implica a tentativa permanente de obter a cooperação alheia, ou seja, de imprimir, a determinado campo de ação, padrões de conduta correspondentes a certos interesses.

Abramovay (2006) entende que a maneira como os mercados são construídos e como funcionam representa uma síntese dos diferentes elementos constitutivos do território, como o Estado e suas diferentes agências, os vários tipos de organização da sociedade civil, os partidos políticos e o próprio ambiente cultural de determinada região.

Daí o vínculo tão íntimo entre territórios e mercados: é que as regras em torno das quais funcionam os mercados de determinada região refletem a correlação entre os diferentes grupos sociais que deles participam e dependem. As estruturas de que dependem os mercados não são construídas numa ordem própria e autônoma do restante da vida social. Elas são hierarquizadas, já que a estabilização de qualquer mercado se faz em torno do reconhecimento e da legitimação dos processos de dominação que o constituem (ABRAMOVAY, 2006, p. 66).

Nesse sentido, Moraes (2008) argumenta que a legitimação do território passa pelo discurso e pela negociação interna e entre o local e o global em relação à história, à política,

à ciência, à sociedade e ao mercado. O local passa a ser um espaço de cooperação e conflito, um novo referencial da coesão social, antes estabelecida pela regulação e que agora substitui grande parte do papel regulador das estruturas e instituições do Estado-nação, que perdem parte de seu poder para outros atores sociais.

Por outro ângulo, Sabourin (2002, p. 23) enfatiza que o território não é um “simples suporte físico de atividades econômicas ou um quadro de localização de agentes, é um espaço construído historicamente e socialmente, onde a eficiência das atividades econômicas é fortemente condicionada por ligações de proximidade e pelo fato de pertencer a este espaço”.

Proximidade e pertencimento

Para Di Méo (1998), o conceito de território reúne noções de vida, de espaço social e de espaço vivido. O autor observa que o território remete à importância da construção de um pertencimento, de uma identidade coletiva como uma experiência concreta do espaço social.

Essas formulações remetem à noção de território não apenas como “o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de coisas criadas pelo homem. O território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2000, p. 14).

Na perspectiva de Schneider (2004, p. 99), o território pode ser concebido como o conteúdo do “espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais” — ele “é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos”. Portanto, não se trata de um espaço físico objetivamente existente, mas sim de “uma construção social, isto é, um conjunto de relações sociais que se originam e se expressam em uma identidade e em um sentimento de pertencimento compartilhado por agentes públicos e privados” (SCHNEIDER, 2004, p. 106).

Como o território não constitui um simples espaço delimitado de recursos, mas uma construção social e histórica, nele se encontra um sistema de atores (empresas, associações, organizações) cuja articulação é assegurada por diversos tipos de proximidades num meio natural e que está orientado também para atividades de produção e de consumo (LÉVESQUE, 2009).

Esse sistema de atores, na medida em que está orientado para a promoção do desenvolvimento econômico, constitui um sistema de ação e de mobilização de recursos que permite caracterizar vários tipos de desenvolvimento territorial. A proximidade apresenta-se como “a primeira forma de inter-relacionamento das atividades humanas” (BENKO; LIPIETZ, 2000, p.16).

Lévesque (2009) aponta três tipos de proximidades: a geográfica, ou seja, a presença física num mesmo território; a organizacional, representada pelas modalidades de coordenação, as convenções de identidade e de participação, os aprendizados e a acúmulo de conhecimento numa dada área; a institucional, que inclui as modalidades de regulação, as regulamentações e normas compartilhadas. Essas três formas de proximidade fornecem os elementos que permitem caracterizar três tipos de desenvolvimento territorial: o território de aglomeração (proximidade geográfica: acumulação e justaposição de atividades econômicas), o território de especialização (proximidade geográfica e proximidade organizacional: acumulação de conhecimentos numa área específica) e o território de especificação (proximidade geográfica, proximidade organizacional e proximidade institucional, que dotam o território de uma capacidade criativa para produzir recursos específicos relativamente a esses territórios).

Aglomeração e territorialidade

Moraes (2008) acentua que a dinâmica territorial e institucional associa o território aos atributos da diferenciação e da aglomeração (ou densidades) e está relacionada com lógicas de proximidade, às quais dão origem às aglomerações, que servem de base para as estruturas institucionais.

Além disso, “o desenvolvimento territorial depende da capacidade de cada território para mesclar e aproveitar, ao mesmo tempo, as suas potencialidades locais e as oportunidades externas” (MORAES, 2008, p. 41). Para que o território possa ser utilizado como recurso do desenvolvimento é necessária a identificação de aglomerações locais para que se possa conhecer o território e usar suas potencialidades (REIS, 2006).

Por isso, de acordo com Schneider e Tartaruga (2005), para se utilizar o território na perspectiva do desenvolvimento, é necessário estabelecer a diferença entre o seu significado conceitual ou analítico e o seu significado instrumental e prático. A conjunção dessas duas dimensões forma o que Santos (1996) denomina “território híbrido” de sistemas

de objetos e sistemas de ação, conjunto de fixos e fluxos interagindo, que expressam a realidade geográfica — um espaço “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p. 51).

Antes de pensar o território, Pecqueur (1992) propõe refletir sobre a noção de territorialidade, o que, para ele, representa uma modalidade de comportamento estratégico próprio de cada sujeito e ligada à essência do comportamento individual. O autor argumenta que o desenvolvimento territorial constitui um modelo desenvolvimento com características específicas, que se baseia essencialmente nas dinâmicas resultantes do gerenciamento dos recursos endógenos pelo conjunto dos atores do território.

Becker (1986) afirma que a territorialidade é uma relação de seus ocupantes com o espaço e com os demais atores e que está associada à organização do espaço em diferentes territórios. Define territorialidade como a oposição entre o local e o global, o consumo do território ou como a face vivida e concreta do poder, das diversas escalas espaciais da territorialidade.

Gehlen e Riella (2004) enfatizam que o conceito de território inclui a noção de patrimônio sociocultural e a necessidade de mobilização dos recursos e das competências através de atribuições de responsabilidades sociais, por meio de processos participativos. Ressaltam que a mobilização do patrimônio local induz à redinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos e dos produtos locais, como componentes do patrimônio sociocultural coletivo.

Não se trata simplesmente de integrar de forma positiva os conhecimentos científicos e técnicos nos sistemas cognitivos e de agir de forma solidária, mas de estabelecer relação de cooperação e negociação do conflito para que as normas e os códigos de conduta sejam subjetivados no sistema de representações para que constituam parte da identidade social (GEHLEN; RIELLA, 2004, p. 22).

Sack (1980) salienta que a construção social da territorialidade só existe quando há interação entre os indivíduos, sendo ela uma tentativa de um grupo de indivíduos, por meio de suas ações, controlarem e influenciarem pessoas, fenômenos e relações. Para o autor, é o contexto social que estabelece o conteúdo humano para o território e sem esse conteúdo territorial, o conceito de território fica restrito às suas dimensões espaciais, medidas pela dimensão geográfica.

Não basta criar territórios e institucionalidades territoriais por decreto governamental, é necessário criar o sujeito território que tenha a capacidade de poder determinar o tipo de sociedade desejada naquele território particular. Posto de outra forma, a presença de atores sociais e de sujeitos políticos territoriais é essencial para a construção da política territorial e para a dinamização da institucionalidade territorial, [...] ou seja, é imprescindível a existência do que chamamos [...] de “protagonismo social territorial” (DELGADO, 2010, p. 45).

Segundo Pecqueur (2004), a abordagem territorial do desenvolvimento carrega também a noção de proximidade, tanto geográfica quanto institucional, para explicar e justificar a ação pública local e as coordenações dos atores, incluindo Estado, mercado e outras instituições sociais. Ele ressalta que os territórios assumem a forma de sistemas produtivos locais (SPL), por meio dos quais todos os atores e instituições do território gerenciam os recursos e a produção e executam as suas ações de regulação e governação do território, gerando as suas dinâmicas socioeconômicas de desenvolvimento.

Esses sistemas incorporam também os mecanismos de coordenação das dinâmicas territoriais. De acordo com Moraes (2008, p. 67-68), “essa coordenação centrada em uma atividade comum ou num mesmo SPL tem papel importante para o desenvolvimento das aglomerações, principalmente quando a definição de território como espaço socioeconômico é reforçada com o conceito de territorialidade”.

Pecqueur (1992, 1993) assinala que a proximidade e a densidade de uma aglomeração somente são importantes em condições onde é possível a aproximação dos atores. Argumenta que na constituição de um território é necessária uma coordenação entre as relações comerciais e de confiança, por meio de redes sociais que são mantidas e incentivadas pela proximidade socioeconômica dos atores, o que permite que estes possam fazer uso mais eficiente dos recursos disponíveis e assim maximizar os seus ganhos na forma de rendimento. Para ele, a territorialidade se baseia nas estratégias dos indivíduos, com base na sua união e no seu sentimento de pertencimento a uma comunidade ou a um território.

Territórios rurais

Segundo Abramovay (2006), a noção de território contribui para os estudos rurais em diversos aspectos, na medida em que permite ampliar análises para além de um horizonte estritamente setorial que considera a agricultura como o único setor e os agricultores como

os únicos atores. A abordagem territorial abre perspectivas para a compreensão da ruralidade sob a ótica da interação social e da complexidade de relações culturais, políticas e institucionais que constroem a dinâmica desse espaço.

Abramovay (2006) defende uma análise do meio rural que considere os laços diretos entre diferentes atores sociais que interagem nesse território para que se compreendam os processos localizados de cooperação e sua dinâmica na formação de sistemas produtivos localizados. Observa que a abordagem territorial destaca a relação direta e localizada dos atores sociais como a base para um conjunto de transformações políticas, culturais e econômicas e coloca ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e na forma como os disponibilizam, focando, portanto, na relação entre sistemas sociais e ecológicos.

Mesmo considerando uma real e significativa redução histórica do peso da produção agrícola na maioria das economias nacionais, Abramovay (2000) argumenta não existir qualquer razão para que o conceito de meio rural seja associado à ideia de um declínio ao longo do tempo. Isso porque as dinâmicas de algumas regiões rurais, principalmente em função dos menores custos de reprodução da força de trabalho e da proximidade resultante da expansão da infraestrutura de transportes e comunicações, demonstram que a ruralidade não impede a geração de empregos e que, muitas vezes, a baixa densidade populacional e as distâncias não são obstáculos ao desenvolvimento.

Moraes (2008) acentua que essa perspectiva substitui a visão tradicional que se apoia na dicotomia rural-urbana e ainda relaciona o rural com atraso e como sinônimo de agrícola, e o urbano com moderno, industrial e serviços.

Se no período de modernização, os sinais de bem-estar indicavam para o progresso industrial e a vida nas cidades, agora, com a crise da modernização, já se verifica uma maior valorização dos valores tradicionais atribuídos à organização social das áreas rurais, embora os níveis de desenvolvimento sócio-econômico de muitos territórios rurais permaneçam ainda muito baixos. Essa revalorização do local, a capacidade de organização e de pressão dos atores sociais e os resultados das políticas públicas reforçam a existência do rural como um território rural (MORAES, 2008, p. 94).

Essa nova perspectiva sobre o mundo rural se sustenta em argumentos que abrem a possibilidade de o território rural oferecer alternativas de emprego e renda e diversas outras formas de melhoria na qualidade de vida da sua população. Mas para oferecer isso, enfatiza Moraes (2008), o território rural tem que utilizar o seu potencial local e aproveitar as suas

características históricas e culturais particulares e também estar integrado socioeconomicamente com o seu entorno e com o exterior. “Estes são os contornos que poderão levar a uma nova ruralidade e contribuir para o desenvolvimento local dos territórios rurais” (MORAES, 2008, p. 94).

Ao abordar o papel das instituições no meio rural, Abramovay (2006) focaliza o processo de cooperação dos atores sociais e as regras e normas tácitas existentes nos territórios. Nesse contexto se tornam relevantes questões relacionadas às interações entre esses agentes, individuais e coletivos, públicos e privados. “O processo de desenvolvimento é o resultado da forma específica como são usados os fatores materiais e imateriais disponíveis, com base nestas relações” (ABRAMOVAY, 2006, p. 60).

Embora não se refira especificamente aos territórios rurais, Pecqueur (2000) admite a possibilidade de adoção, nesses territórios, de um modelo de SPL não especializado, com uma estratégia de produção localizada em determinado território e que destaca uma “cesta de produtos”, uma composição que combina bens e/ou serviços diversificados.

Sobre isso, Moraes (2008) explica que, quando os territórios são rurais, com seus principais sistemas produtivos sendo caracterizados como rurais ou tendo uma origem rural ou agrícola, os SPLs passam a ser denominados “SPLs Rurais” e recebem diferentes denominações, como distritos agropastorais, distritos agrícolas, distritos agroindustriais e outras formas, algumas vezes parecendo híbridas quando não explicitamente integradas, que associam características de outros setores, como o industrial e o de serviços.

Para as regiões rurais que estão procurando o seu caminho para o desenvolvimento, “as dinâmicas socioeconômicas de desenvolvimento de outras regiões rurais mais prósperas podem representar modelos alternativos de trajetórias de desenvolvimento para elas, embora se reconheça a diversidade e a importância das características locais de cada território” (MORAES, 2008, p. 94-95).

O mais relevante nesse contexto é que a instituição de territórios possibilita a criação de novos arranjos territoriais, tanto urbanos como rurais, buscando romper com enfoques setoriais e integrar as diversas atividades e espaços, a partir da valorização da cultura e do saber-fazer local, procurando outra forma — contra-hegemônica — de promoção do desenvolvimento econômico e social (ABRAMOVAY, 2006).

Considerações finais

Visto em sua realidade complexa, o território não pode ser considerado apenas como um conceito, mas como uma construção humana que vai sendo tecida na trama das trocas sociais e das produções culturais umbilicalmente conectadas. Ele representa a soma dos recursos naturais, das técnicas e das ações e experiências dos sujeitos em sua vida diária.

Esse espaço configurado em território reafirma a identidade dos indivíduos e deve ser percebido a partir não somente dos objetos que nele existem, mas, ao mesmo tempo, das subjetividades, dos universos simbólicos dos atores sociais, do seu modo de vida, do sentimento de pertencer a um lugar. É preciso, e as condições atuais exigem “coragem, tanto no estudo como na ação, a fim de tentar fornecer as bases de reconstrução de um espaço geográfico que seja realmente o espaço do homem, o espaço de toda gente e não espaço a serviço do capital e de alguns” (SANTOS, 1986, p. 218).

Importa assinalar duas visões importantes sobre essa realidade complexa: a de que o território usado é um território em mudança (SANTOS, 1996) e a de que, “ainda que as variações geográficas reflitam e incorporem legados materiais, históricos, culturais e políticos do passado, é um erro crasso supor que elas sejam [...] relativamente estáticas” porque “o mosaico geográfico sempre esteve em movimento em toda e qualquer escala” (HARVEY, 2000, p. 112) e é nele que o território configura “o quadro de vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local, que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos” (SANTOS, 1999, p. 19).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

_____. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

_____. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo; LATTUADA, Mario. *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Ciccus, 2006. p. 51-70.

ARNS, Paulo César. *Governança democrática e desenvolvimento territorial: avanços e limites das iniciativas brasileiras*. Disponível em: <oppa.net.br/.../IICA-OPPA-desenvolvimento_territorial-Articulacao>. Acesso em: 17 maio 2015.

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha; COSTA, Rogério; SILVEIRA, Carmem (orgs.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 1-8.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. Géographie socio-économique ou économie géographique. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (dir.). *La richesse des régions: la nouvelle géographie socio-économique*. Paris: PUF, 2000. p. 9-29.

BOURDIEU, Pierre. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.

BRUNET, Roger. *Le déchiffrement du monde: théorie et pratique de la géographie*. Paris: Belin, 2001.

DELGADO, Nelson Giordano. A importância do território como alternativa de desenvolvimento em um contexto de globalização. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (org.). *Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2010. p. 35-46.

DI MEO, Guy. *Géographie sociale et territoires*. Paris, Nathan: 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FURTADO, Celso. *A nova dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FLIGSTEIN, Neil. Social skill and the theory of fields. *Sociological Theory*, v. 19, n. 2, p. 105-125, 2001.

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. *Sociologias*, v. 6, n. 11, p. 20-26, 2004.

HARVEY, David. *Espaços da esperança*. São Paulo: Loyola, 2000.

LÉVESQUE, Benoît. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. *Política & Sociedade*, v. 8, n. 14, p. 107-144, 2009.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. *Dinâmicas socioeconômicas de desenvolvimento de territórios rurais: os sistemas produtivos locais (SPLs) na Região Vale do Rio Pardo*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PECQUEUR, Bernard. *Le développement local pour une économie des territoires*. Paris: Syros, 2000.

_____. *Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour lês économies du Sud*. Grenoble: Institut de Géographie Alpine. Université Joseph Fourier, 2004.

_____. Sistemas industriais localizados: o exemplo francês. *Ensaio FEE*, v. 14, n. 1, 1993.

_____. Territoire, territorialité et développement: industrie et territoire – les SPL. *Colloque IREPD*, Grenoble, outubro, 1992.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José. *Uma epistemologia do território*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores – as especificidades do caso brasileiro. In: SABOURIN, Eric; TEIXERA, Olívio. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. Brasília: Cirad, UFPB, Embrapa SCT, 2002. p. 21-37.

SACK, Robert. *Human territoriality: theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SANTOS, Milton et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: BRANDÃO, Maria A. *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 253-26.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Território*, v. 4, n. 6, p. 5- 20, jan./jun. 1999. Disponível em:
<http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_2_santos.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2013.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994a. p. 15-20.

_____. O retorno do território. *OSAL – Observatorio Social de América Latina*, v. 6, n. 16, p. 255-26. jan./abr. 2005.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.



SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Ivan G. Peyré. P. *Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural*. Jornadas de Intercambio y Discusión: El desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorial. Flacso, Argentina, Universidad de Buenos Aires/Conicet. 23-24 de junho de 2005.

SHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan/jun. 2004.